

CAPÍTULO

**B1**

# A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA BRASILEIRA



**PARA COMPLETAR**

- ☐ ANTECEDENTES - PÁG. 72
- ☐ A PROPAGANDA REPUBLICANA - PÁG. 76
- ☐ O GOLPE MILITAR DE 1889 E A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA - PÁG. 78
- ☐ A PERIODIZAÇÃO DO PERÍODO REPUBLICANO - PÁG. 82
- ☐ A REPÚBLICA DA ESPADA - PÁG. 83

## Carta de despedida de Dom Pedro II

"[...] À vista da representação escrita, que foi entregue hoje às 3h da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir com toda a minha família amanhã, deixando esta pátria, de nós estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quase meio século em que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando-me, pois, eu com todas as pessoas da minha família, conservarei do Brasil e mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade [...]"

Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=368572>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

Com essa carta de despedida, Dom Pedro II partiu do Brasil com a sua família rumo à Europa na madrugada de 17 de novembro. Encerrava-se um governo de quase cinquenta anos, o mais longo da nossa história. Era o fim do Império brasileiro.

Dois dias antes, na manhã de 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro da Fonseca, por meio de um golpe militar, proclamou a República. Mais uma vez, o país passou por uma transição de governo sem a participação popular. Como afirmou Aristides Lobo, um jornalista republicano da época, a população assistira ao processo "bestializada", ou seja, sem participar e sem entender que era inaugurada uma nova fase política na história do Brasil.



André Persechini

**PRECISO REVER OS EXERCÍCIOS:**

**TÓPICOS E EXERCÍCIOS**  
✔ **FÁCIL:** CONSEGUI INTERPRETAR SEM DIFICULDADES.  
🌈 **MÉDIO:** PRECISEI CONSULTAR ALGUM MATERIAL.  
🔴 **DIFÍCIL:** PRECISEI DA AJUDA DE UM(A) COLEGA E / OU PROFESSOR(A).



## 1. Antecedentes

Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), iniciou-se no Brasil um período de crises resultantes de fatores econômicos, políticos e sociais, que contribuíram para a queda da monarquia. A ideia republicana já era defendida no Brasil desde as primeiras manifestações emancipacionistas, ainda no Período Colonial. Nesse contexto, destacam-se a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798), a Revolução Pernambucana (1817), a Confederação do Equador (1824), a Guerra dos Farrapos (1835-1845), a Revolta Sabinada (1837-1838) e a Revolta Praieira (1848-1849); todos esses movimentos tinham como objetivo a implantação da República.

A campanha abolicionista e a própria propaganda republicana que agitaram o Brasil acabaram criando um campo favorável para que os diversos segmentos da sociedade brasileira, como o Exército, a Igreja e os grandes latifundiários, questionassem o governo em seus atos.

O Império envolveu-se, então, nas chamadas “Questões do Império”, que foram instabilidades enfrentadas por Dom Pedro II. A **questão militar** foi uma delas. Ela pode ser explicada pelo fortalecimento do Exército brasileiro a partir da Guerra do Paraguai. Além de terem passado por uma reorganização durante o conflito e de terem conquistado prestígio, devido à vitória, os militares – que desde a Independência do Brasil não exerciam influência política – começaram a aspirar ao prestígio que as Forças Armadas tinham nas repúblicas do sul, com as quais eles tiveram contato durante a Guerra do Paraguai. Desse modo, buscando um papel de protagonistas nos quadros políticos do país, os militares passaram a apoiar a causa republicana, fazendo duras críticas públicas ao Império.

Já a **questão religiosa** representou os atritos entre a Igreja Católica e o governo imperial. Essa tensão esteve relacionada a uma determinação, prevista na Constituição de 1824, de que o imperador poderia envolver-se com os assuntos da Igreja, por meio do padroado (o imperador era o responsável por nomear as altas autoridades religiosas católicas no país, submetendo-as ao seu controle) e do beneplácito (qualquer ordem vinda da Igreja de Roma deveria ser aprovada pelo imperador). Essa submissão passou a ser questionada pela Igreja, sobretudo, quando Dom Pedro II não acatou uma ordem vinda do papa Pio IX, em 1864, que proibia a presença de maçons entre os membros do clero. Alguns bispos no Brasil chegaram a ser presos por questionarem a decisão do monarca. Esses fatos enfraqueceram a forte aliança entre o imperador e a Igreja, que não o apoiou durante o Golpe Republicano.

Por fim, esse contexto também foi marcado pela **questão abolicionista**, que gerou diversos adversários políticos para o Império: os que se opunham ao trabalho escravo no país e os que eram favoráveis. Dom Pedro II era considerado omissivo pelos grupos abolicionistas em relação à escravidão. Além disso, o Brasil era o único país do continente (formado predominantemente por repúblicas) que ainda mantinha esse tipo de mão de obra. Assim, a campanha abolicionista passou a associar a sua causa ao fim do Império e ao projeto republicano. No entanto, quando finalmente foi determinada a Lei Áurea (fim da escravidão), em 1888, o governo, já desgastado, sofreu forte oposição dos tradicionais fazendeiros escravocratas, que não receberam indenização pela perda dos escravizados.

Figura 1. Sátira da crise do Império, retratando Dom Pedro II adormecido diante desse contexto.



Angelo Agostini

“A libertação tardara demais, e representou o rompimento do último laço forte da monarquia: os cafeicultores perderam a esperança de ver seus bens “ressarcidos” e divorciaram-se, de maneira litigiosa, de seu antigo aliado.”

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel.  
*Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2015. p. 310.

### 1.1. A sociedade e a economia no contexto da proclamação da República

As décadas que antecederam o fim do Império foram marcadas por mudanças na economia brasileira. A produção cafeeira, principalmente na região do Oeste Paulista, cresceu de forma acelerada e se solidificou como a principal atividade econômica. Além disso, nesse período, surgiram as primeiras indústrias, novos bancos e estradas de ferro.

Entretanto, as transformações foram limitadas, já que o Brasil permanecia, como nos tempos coloniais, dependente das exportações de produtos agrícolas. Essa limitação pode ser percebida durante a depressão econômica vivenciada, principalmente, pelos europeus entre 1873 e 1896, que afetou o ritmo de crescimento dos lucros provenientes do café. Além disso, a industrialização foi tímida e limitada a algumas cidades do sudeste, como Rio de Janeiro e São Paulo. Nas outras regiões brasileiras, a economia permaneceu agrária e a estrutura social, marcada pelo poder dos grandes fazendeiros e pelas relações escravistas.

Nas fazendas de café, após a abolição, a mão de obra escravizada foi gradativamente substituída pelo trabalhador livre e imigrante europeu. As políticas migratórias favoreceram, também, o uso da força de trabalho dos imigrantes nas primeiras indústrias. No entanto, é importante destacar que as más condições de trabalho, marcadas por longas jornadas, baixos salários e exploração da mão de obra de mulheres e crianças, levaram às primeiras greves, que foram duramente sufocadas pelo governo.

A Lei Áurea, de 1888, embora tenha marcado o fim da escravidão no Brasil, não representou uma mudança na sociedade. Depois de libertos, os ex-escravizados ficaram sujeitos aos preconceitos da época, corroborados por teorias racistas e sujeitos à exclusão social. Sem acesso à terra e sem auxílio para a inserção no mercado de trabalho assalariado, os ex-escravizados permaneceram à margem da sociedade.



#### PARA SABER MAIS

Leia o texto referente à pesquisa realizada pelo historiador Ramatis Jacino. O pesquisador aborda a exclusão do negro na sociedade brasileira após a abolição da escravidão na cidade de São Paulo.

#### **Após abolição, negro foi excluído do mercado de trabalho**

[...] Jacino analisou cerca de 43 mil boletins de ocorrência emitidos na cidade na segunda década após a abolição da escravidão, entre 1912 e 1920. “Com o fim da escravidão, os únicos documentos oficiais que mencionavam a cor da pele e a profissão exercida eram os boletins de ocorrência da polícia”, explica. O pesquisador também analisou anúncios de jornais da época e alguns processos criminais.

### Exclusão legalizada

Para o pesquisador, o processo de exclusão ocorreu devido a três fatores. O primeiro foi a promulgação de uma série de leis que proibia, de forma implícita ou explícita, que escravizados exercessem certas profissões. “Em 1886, por exemplo, uma lei municipal determinava que as profissões de cocheiros, aguadeiros [que carregavam baldes d’água], caixeiros viajantes e guarda-livros [contadores] não poderiam ser exercidas por escravos”, explica.

O segundo motivo é que muitos escravos libertos, antes da abolição, se dedicavam à pecuária e à agricultura familiar de subsistência em lotes de terra pela cidade. Porém, o poder público determinou que esses lotes deveriam ser concedidos aos chamados “homens bons”, ou seja: brancos, cristãos e pais de família. Os negros – todos excluídos desse critério foram obrigados a abandonar as terras e a se mudar para outras regiões: as mais remotas da cidade.

O terceiro motivo é que uma série de leis gerais acabaram por marginalizar os negros. A Lei de Terras, de 1850, determinava que a posse da terra seria feita mediante a compra. No Império, as terras eram divididas por meio de sesmarias e muitos posseiros eram brancos pobres, índios, caboclos e negros. Com a Lei de Terras, a maioria teve dificuldade em comprar os lotes [...].

### Mito fundador

[...] Na transição do trabalho escravo para o assalariado, intelectuais da Faculdade de Direito de São Paulo, da Faculdade de Direito do Recife, da Escola de Medicina na Bahia e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foram construindo um discurso ideológico que foi apropriado pelas oligarquias de que a população negra não era adequada para o trabalho assalariado; que a miscigenação levava a doenças; e que os negros tinham problemas de caráter e que sua idade mental era inferior à dos brancos. “A meu ver, esse discurso tinha a intenção de branquear a sociedade. Para as elites, a sociedade moderna e capitalista que eles almejavam precisava ser branca”, finaliza.

Disponível: <<http://www.usp.br/agen/?p=130331>>.  
Acesso em: 22 jul. 2020.

Sem demonstrar a necessária habilidade para resolver esses impasses, a monarquia foi perdendo o apoio de diversos grupos sociais importantes para a manutenção do regime. Logo, a oposição ao centralismo imperial e à própria figura de Dom Pedro II foi acompanhada por um projeto republicano, presidencialista e **federalista**\*, que correspondia à tendência dos demais Estados americanos.

**\*Federalismo:** sistema político em que diversas entidades territoriais, como estados e municípios, unem-se para constituir um Estado soberano. Nesse contexto brasileiro, as antigas províncias do império se tornaram estados unidos por um pacto federativo, o que lhes dava certa autonomia para legislar conforme seus interesses.

Outros fatores também contribuíram para o desgaste da monarquia: a difusão das ideias liberais e positivistas em favor da República; a influência de países vizinhos, como a Argentina e o Uruguai, que haviam adotado a forma republicana de governo; e o exemplo dos Estados Unidos, o qual influenciou o pensamento dos partidários pela extinção da monarquia.

Após a **Guerra de Secessão** (1861-1865)\*, esse país passou por um rápido processo de industrialização, tornando-se uma potência econômica. Os republicanos brasileiros também se entusiasmaram com as instituições políticas estadunidenses, consideradas guardiãs da democracia. Em suma, o Império estava abalado em suas estruturas, não havendo soluções que pudessem lhe restituir o prestígio.

**\*Guerra de Secessão:** conflito entre os estados do norte e os do sul dos Estados Unidos, provocado pelas divergências políticas, econômicas e sociais desses estados, latentes desde o início da formação do país.



ENTENDI

## EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

**01.** A ideia de República tomou força no Brasil nos últimos anos do século XIX. Pode-se afirmar que essa ideia, até então, era inédita no Brasil? **JUSTIFIQUE** sua resposta.

**Instrução:** Observe a charge e responda às questões **02** e **03**.



Rubens Lima

**02.** A charge satiriza o contexto de crise da monarquia no Brasil. Com base nessa crítica, **IDENTIFIQUE** os principais setores que questionavam a monarquia e que passaram a defender a República após o seu envolvimento com as chamadas “Questões do Império”.

**03.** **EXPLIQUE** dois outros fatores que contribuíram para o desgaste da monarquia.

**04.** **ANALISE** a situação da população negra após a abolição da escravidão.



## 2. A propaganda republicana

### 2.1. A fundação do Partido Republicano e o Manifesto Republicano

A ideia republicana ganhou fôlego, no Brasil, a partir de 1870, quando uma facção dissidente do Partido Liberal fundou o Partido Republicano, lançando, nesse mesmo ano, um documento conhecido como o “Manifesto Republicano”.



Pedro Bruno/Domínio Público

Figura 2. BRUNO, Pedro. *A Pátria*. 1919. Óleo sobre tela. Museu da República. Palácio do Catete, Rio de Janeiro. *A Pátria*, uma alegoria da nascente República brasileira. Observe que, na cena, destacam-se várias mulheres em alusão a Marianne – símbolo da Revolução Francesa. Foi comum esse tipo de associação simbólica entre a República brasileira e esse evento francês. De acordo com essa idealização dos republicanos, o novo governo seria o continuador da luta contra a opressão (que era, de acordo com essa visão, o governo monárquico).

Veja alguns trechos do Manifesto Republicano:

- **Sobre a monarquia**

Neste país, que se presume constitucional [...] só há um poder ativo, onipresente, perpétuo, superior à lei e à opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável.

- **Sobre a hierarquia social**

[...] tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso país – privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou a de alguns sobre muitos.

- **Sobre a liberdade**

A liberdade de consciência nulificada por uma Igreja privilegiada; a liberdade econômica suprimida por uma legislação restritiva, a liberdade de imprensa subordinada à jurisdição de funcionários do governo [...] tais são praticamente as condições reais do atual sistema de governo.

### • Sobre a América

Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo (a monarquia) é, em sua essência e em sua prática, antinômica (contraditória) e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. [...] A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além de origem de opressão no interior, a fonte perpétua de hostilidade e de guerra com os povos que nos rodeiam. O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.

HISTÓRIA VIVA. São Paulo: Duetto, ano VI, n. 73. p. 37.

Os signatários do manifesto defendiam, também, o princípio do federalismo, mas não propunham contestação violenta nem a ruptura brusca com a monarquia.

Dentro do Partido Republicano, evidenciavam-se duas tendências divergentes: a dos republicanos históricos, liderados por Quintino Bocaiuva, que defendia a evolução da monarquia para a república como resultado de uma ação política inteiramente pacífica, pelo processo eletivo; e a do grupo de propensão revolucionária, sob a liderança de Silva Jardim, que propunha a necessidade de uma “revolução popular” como forma de o Partido Republicano atingir o poder.

## 2.2. O Partido Republicano Paulista

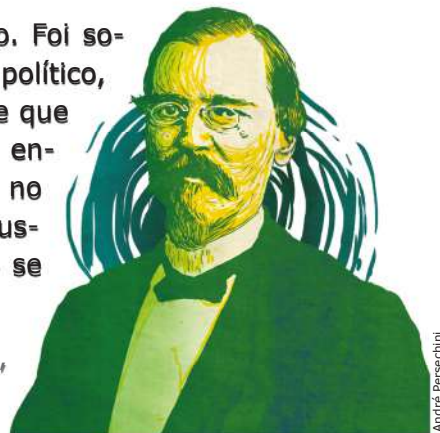
No ano de 1873, em Itu, província de São Paulo, reuniu-se a primeira convenção republicana, que resultou na fundação do Partido Republicano Paulista (PRP) – articulado por cafeicultores dessa província. O PRP adotou posturas mais enfáticas sobre o federalismo, mas deu menor relevância à defesa das liberdades civis e políticas e evitou tomar posições duras acerca da escravidão, fazendo declarações genéricas sobre a necessidade de pôr fim ao trabalho servil.

## 2.3. A influência do positivismo

A campanha republicana sofreu forte influência do positivismo, corrente filosófica surgida na França, desenvolvida pelo filósofo Auguste Comte (1798-1857), a qual, em linhas gerais, sugeria a aplicação dos métodos das ciências exatas ao estudo da sociedade e da política. O positivismo criticava os modelos políticos tradicionais vigentes no Antigo Regime e defendia uma República caracterizada pelo traço centralizador, chegando a afirmar que era uma “ditadura republicana”. Essas ideias de Comte serviram de base para os que combatiam a monarquia brasileira, que a viam como a responsável pelo atraso da nação. A partir dessas ideias, surgiu o trecho da máxima positivista: “A Ordem por base e o Progresso por fim”, lema incorporado à bandeira nacional republicana.

No Brasil, as ideias positivistas tiveram grande repercussão. Foi sobretudo nas escolas militares que essas ideias, no seu aspecto político, tornaram-se cada vez mais generalizadas, gerando a crença de que o militar devia ter participação e atuação políticas. Difundiu-se, então, a noção do soldado cidadão, superior ao elemento civil, no que dizia respeito aos ideais patrióticos. Essa passou a ser a justificativa para o Exército intervir no governo, quando este não se mostrasse capaz de conduzir satisfatoriamente o país.

Figura 3. Benjamin Constant. Admirador de Auguste Comte, influenciou consideravelmente o Exército brasileiro com as ideias positivistas, sendo um grande defensor do modelo republicano.





## EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

05. **EXPLIQUE** a origem do Partido Republicano.
06. A partir do que foi apresentado sobre o Manifesto Republicano, faça o que se pede.
- A) **EXPLIQUE** a crítica à monarquia.
  - B) **INDIQUE** uma crítica à hierarquia social vigente no Brasil.
  - C) **EXPLIQUE** a opinião expressa no manifesto sobre a ausência de liberdade vigente no Período Monárquico.
  - D) **APRESENTE** os argumentos que defendiam a República como forma de se retirar o Brasil do isolamento imposto pela monarquia.
07. Analise a bandeira republicana:



Arquivo Bernoulli

A bandeira atual do Brasil, foi adotada pelo regime republicano. **IDENTIFIQUE** a corrente político-filosófica que influenciou a elaboração da bandeira. **JUSTIFIQUE** sua resposta.

### 3. O golpe militar de 1889 e a instauração da República

Na tentativa de amenizar a reação ao seu governo, Dom Pedro II nomeou, em julho de 1889, um gabinete liberal, chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, que elaborou um programa de reformas, incluindo liberdade de culto, autonomia para as províncias, temporariedade do Senado, redução das prerrogativas do Conselho de Estado, entre outras.

As reformas propostas pareceram insuficientes para uns e radicais para outros; assim, foram vetadas pela Câmara dos Deputados, que foi dissolvida pelo governo, sendo convocada outra Câmara para reunir-se extraordinariamente em 2 de novembro. Esse fato provocou a generalização do descontentamento e inquietação geral, favorecendo o clima de conspiração.

Os republicanos procuraram explorar a situação, acirrando as críticas contra o regime monárquico e, sobretudo, aproximando-se dos militares, em uma tentativa de articulação. Dessa forma, foram favorecidos pela atuação de militares, como Benjamin Constant, Solon Ribeiro e Mena Barreto, que faziam intensa propaganda republicana nas fileiras do Exército.

As ideias republicanas receberam a adesão de monarquistas expressivos, como Rui Barbosa, que, juntamente com Aristides Lobo, Quintino Bocaiuva, Francisco Glicério, republicanos históricos, além dos militares republicanos, procuraram obter apoio do Marechal Deodoro da Fonseca para a causa republicana.

Os republicanos aproveitaram a instabilidade do governo para divulgar um boato de que Dom Pedro II ordenaria uma repressão contra os militares que fossem a favor da epública. No dia 14 de novembro, alguns agrupamentos militares da oposição se reuniram em São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

Na manhã do dia **15 de novembro**, Deodoro da Fonseca assumiu o comando das tropas revoltosas e dirigiu-se ao quartel-general do Exército, depondo o ministério que estava ali reunido. O imperador, que se encontrava em Petrópolis, voltou rapidamente a São Cristóvão e ainda tentou reorganizar um novo gabinete, mas, ao saber que a República havia sido oficialmente proclamada na Câmara Municipal, nada mais fez. Na madrugada de 17 de novembro, D. Pedro II partiu com a família para o exílio na Europa.

A primeira fase da República brasileira (1889-1894) é conhecida como **República da Espada**, por ter sido governada por militares. Já o segundo momento (1894-1930) é conhecido como **República Oligárquica**, pois esse contexto foi marcado pela concentração de poderes dos grandes proprietários de terras – as oligarquias estaduais.

Figura 4. RODRIGUES, Manuel Lopes. *Alegoria da República*, 1896. Óleo sobre tela, 230 x 120 cm. Museu de arte da Bahia. Óleo sobre tela. Era comum, na França, no Brasil e em outros países republicanos, a República ser representada por uma figura feminina. Além disso, muitos brasileiros adeptos desse sistema de governo afirmaram se inspirar nos ideais republicanos franceses.



Manoel Lopes Rodrigues / Domínio Público

## ! TÁ NA MÍDIA

**Nasce a República.** Brasil, 1989. Documentário da série "Panorama Histórico Brasileiro", que registra a passagem do século XIX para o XX no Brasil.

## EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

**Instrução:** Analise a charge do século XIX, que retrata a Proclamação da República, e responda às questões 08 e 09.



Autor desconhecido / Domínio Público

08. A charge destaca a participação popular nesse processo histórico do Brasil? **JUSTIFIQUE** sua resposta, indicando os grupos sociais envolvidos no golpe contra a monarquia.
09. **IDENTIFIQUE** uma influência, destacada na imagem, que o movimento republicano brasileiro recebeu.
10. A Primeira República foi dividida em duas fases. **INDIQUE** e **CARACTERIZE** essas duas fases.

## PARA REFLETIR



“O povo assistiu a tudo bestializado, sem compreender o que se passava”. Esse foi o comentário célebre do republicano Aristides Lobo a respeito da Proclamação da República. A falta de compreensão sobre os acontecimentos que levaram ao fim da monarquia, sinalizada por Aristides Lobo, mostra que o acontecimento de 15 de novembro de 1889 foi interpretado de diferentes formas pelos brasileiros. Reflita sobre as mudanças e permanências provocadas pela Proclamação da República para os setores populares da sociedade.



## COTIDIANO



JÁ PENSOU SE A INTERNET TIVESSE BOMBANDO NA ÉPOCA EM QUE O BRASIL FOI PROCLAMADO REPÚBLICA?



A charge propõe, de forma divertida, uma reflexão sobre como a Proclamação da República seria discutida no ambiente virtual se ela tivesse acontecido nos tempos atuais. Sabemos que a Internet possui grande relevância na vida política, indicando tendências políticas, a popularidade de um governo e servindo como meio para propaganda política e mobilização da sociedade. Entretanto, no contexto da Proclamação da República, em 1889, os principais meios de comunicação eram os jornais e panfletos. As informações circulavam em um ritmo menos acelerado e alcançavam uma parcela menor da população, mas também influenciavam a sociedade, debatendo os temas mais polêmicos do período e divulgando informações sobre a vida política. Faça um debate com seus colegas para discutir o papel dos meios de comunicação na vida política, identificando semelhanças, diferenças e o papel da sociedade na produção e no compartilhamento de informações nos dois contextos.



CALIXTO, Benedito. *Proclamação da República*. 1983. Óleo sobre tela, 123,5 × 200 cm. Pinacoteca de São Paulo.

## TÁ NA MÍDIA

A pintura *Proclamação da República* (1893), de Benedito Calixto, procurou retratar o movimento de caráter político militar ocorrido no Brasil em 15 de novembro de 1889. Acesse o QR Code a seguir e conheça as propostas dos elementos presentes na tela.



## REGISTRANDO



Os primeiros anos da República brasileira ficou conhecida como “República da Espada”. Escreva um parágrafo explicando os sentidos dessa nomeação. Considere o modo como a República foi proclamada na elaboração da sua argumentação.

---



---



---



---



---

#### 4. A periodização do Período Republicano

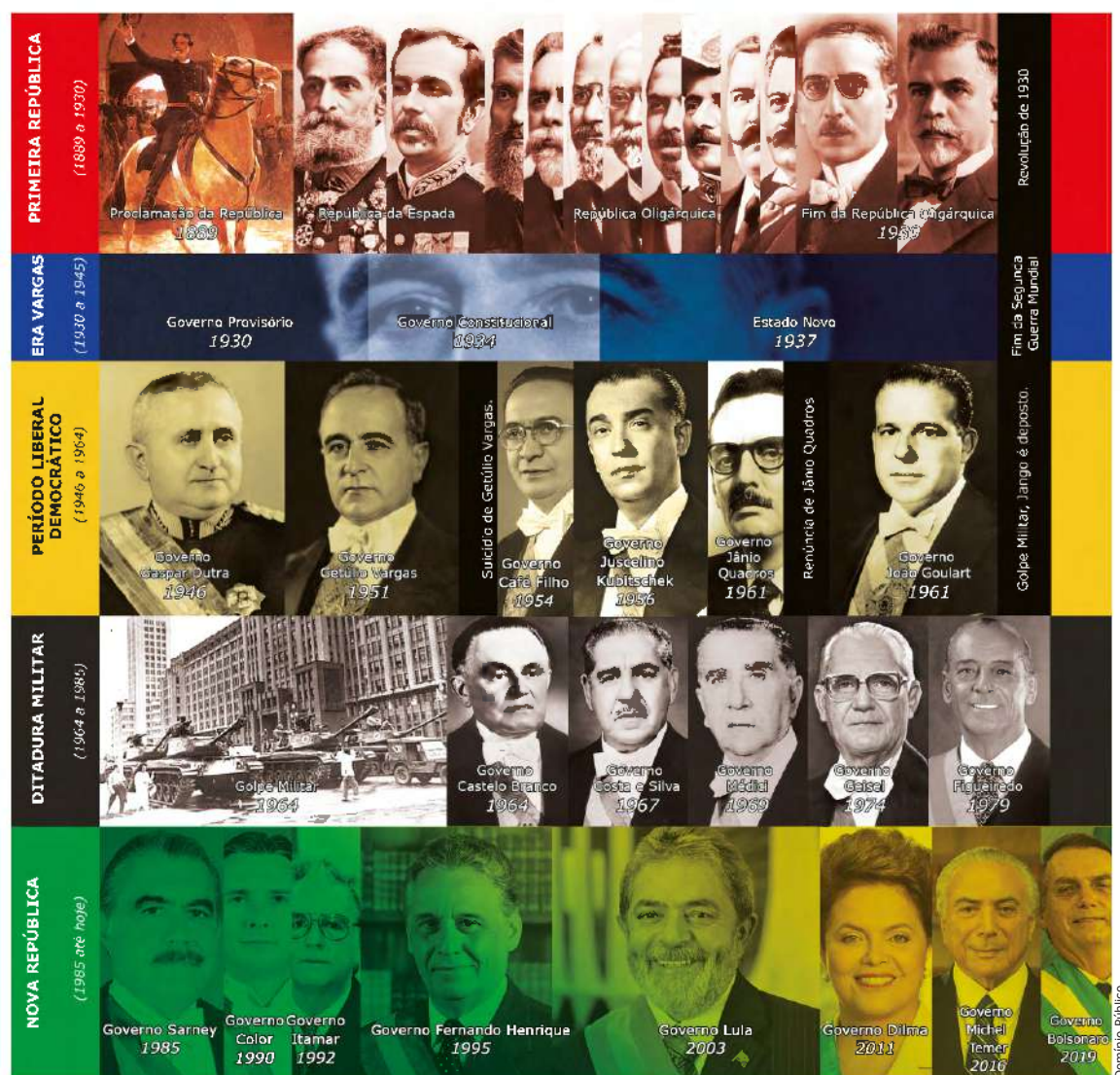


Figura 5.

## 5. A República da Espada

A transição do período monárquico para a República no Brasil foi marcada por um contexto de instabilidade política e econômica. Surgiram disputas sobre qual seria o melhor modelo republicano a ser instaurado: de um lado, um regime centralizador, defendido pelos militares; de outro, um governo federalista, ou seja, que garantisse a autonomia dos estados, defendido pelos civis. Além disso, essa transição foi marcada por grandes mudanças, como a elaboração de uma nova Constituição.

Pela preponderância política do Exército nessa fase da história brasileira, esse período, entre 1889 e 1894, ficou conhecido como República da Espada, sendo o país governado pelo marechal Deodoro da Fonseca e pelo marechal Floriano Peixoto.



### PARA SABER MAIS

As mudanças deviam acontecer com muita calma. Sem grandes alterações da ordem pública. Aí entra a figura de Deodoro, velho soldado, respeitado, que asseguraria a mudança sem grandes desordens.

Contudo, instalado com a proclamação, o Novo Regime buscava estabilizar-se. Passada a euforia dos primeiros dias, a República começava a ter que enfrentar os “problemas sociais”. O primeiro deles era evidente: com quem ficava o poder, com os civis ou com os militares? Obviamente, fazia-se necessária nova Constituição e assim convocou-se uma Assembleia Constituinte. Quem a comporia? O poder, desde a primeira hora republicana, coube a quem a proclamou: Deodoro. A Assembleia Constituinte foi eleita, em eleições que mantiveram os mesmos “vícios” (votos forçados, coação ante a ameaça de morte...) do Período Imperial, e referendaram o absoluto predomínio dos “republicanos históricos”: civis e militares (25% da Assembleia).

Desponta também destas eleições um militar, eleito vice-presidente do país, absolutamente integrado nas ideias republicanas radicais defendidas essencialmente pelos civis. Seu nome: Floriano Peixoto.

Deodoro, eleito presidente, estava pouco acostumado a “hábitos republicanos”, democráticos. A longa vivência em ordem monárquica impediu Deodoro de assimilar os novos tempos.

TREVISAN, Leonardo. *A República Velha*. São Paulo: Global, 1989. p. 22.

### 5.1. O Governo Provisório (1889-1891)

Uma vez proclamada a República, constituiu-se, imediatamente, um governo provisório, um curto período de organização das instituições brasileiras, composto de elementos do Exército, fazendeiros de café e representantes das camadas médias urbanas. A administração do Estado ficou a cargo de Deodoro da Fonseca, que procurou conciliar os interesses desses grupos.

Devido a seu caráter temporário, esse governo teve sua atuação reduzida a algumas medidas mais urgentes.



- O banimento da família imperial;
- A implantação do federalismo;
- A transformação das antigas províncias em estados;
- A abolição da vitaliciedade do Senado;
- A extinção do Conselho de Estado;
- O reconhecimento dos compromissos assumidos pelo governo imperial (como dívidas contraídas, principalmente com grandes bancos ingleses);
- A “grande naturalização”, ou seja, a concessão da cidadania brasileira para todos os estrangeiros residentes no Brasil que assim o desejassem;
- A separação entre a Igreja e o Estado (formação do Estado laico);
- A instituição do casamento civil;
- A convocação de uma Assembleia Constituinte, para a elaboração de uma nova Constituição.



Figura 6. Presidente Deodoro da Fonseca.

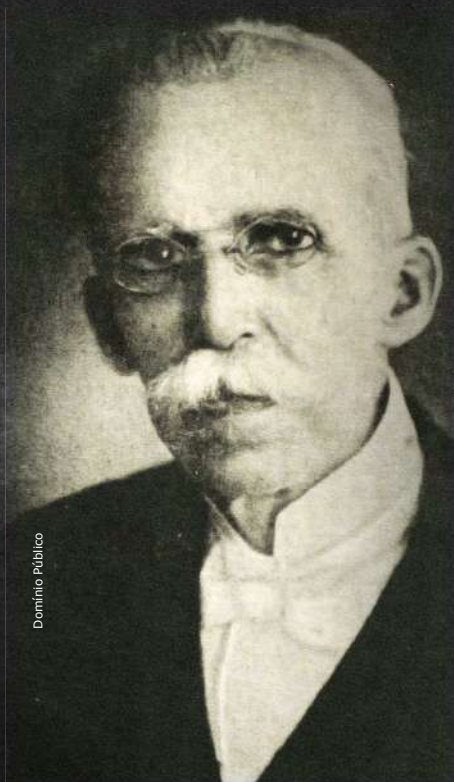
## O Encilhamento

A República não encontrou senão dificuldades que tornam a transição extremamente árdua. Avanta-se a um milhão de contos de réis o débito nacional. Mas não somos uma nação em estado de indigência. Temos confiança quanto ao futuro.

MENDES JR. Antônio; MARANHÃO, Ricardo (Org.).  
Brasil História: texto e consulta. *República Velha*.  
São Paulo: Hucitec, 1989. p. 152.

Essa era a maneira como Rui Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisório, analisava a situação do Brasil no início do Período Republicano. O grande *deficit* na balança de pagamentos, herdado da monarquia, tendia a aumentar com as importações que oneravam o tesouro nacional.

Figura 7. Ministro Rui Barbosa, conhecido pela política do Encilhamento.




Objetivando cobrir a necessidade de pagamento do trabalho assalariado e expandir o crédito, a fim de estimular a criação de novas empresas, especialmente as indústrias, Rui Barbosa adotou uma política emissionista, ou seja, autorizou a emissão de papel moeda. Ele injetou dinheiro para alavancar o desenvolvimento da indústria brasileira. “A República só se consolidará entre nós sobre alicerces seguros, quando suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial”, dizia ele.

Contudo, esse plano econômico acabou provocando graves consequências para a economia nacional. Com um grande volume de dinheiro circulante, o resultado imediato foi a desvalorização da moeda brasileira, seguida por um surto inflacionário. Além disso, ao invés de incentivar a industrialização, houve um aumento da especulação financeira, uma vez que os empréstimos passaram a ser utilizados para compra de ações de empresas fictícias, chamadas de empresas fantasmas, na Bolsa de Valores. Essas empresas surgiram com o único objetivo de obter o crédito fácil, disponível para o desenvolvimento industrial, mas não saindo do papel.

Sem a aplicação concreta do capital obtido em setores produtivos, o plano econômico de Rui Barbosa ficou conhecido como “Encilhamento”, em uma referência ao momento que antecedia à partida dos cavalos nas corridas nos hipódromos, no qual ocorria a prática de encilhar cavalos (as selas eram apertadas com cilhas, tiras de couro). Assim, foi feita uma nítida associação do contexto econômico brasileiro a uma corrida hípica, sinônimo de jogo, aposta e especulação – características que, de fato, marcaram esse período.

Essa circunstância provocou o fracasso da política econômica e a substituição de Rui Barbosa.

 **Figura 8.** Caricatura do contexto do Encilhamento retrata um homem esmagado, representando o povo em dificuldades diante da inflação galopante.



Angelo Agostini / Domínio Público

## A Constituição de 1891

Em plena euforia provocada pelo Encilhamento, o presidente Deodoro da Fonseca convocou eleições para a composição de uma Assembleia Constituinte que deveria elaborar uma Constituição para a República. Dois projetos políticos se destacaram nesse contexto: de um lado, os militares positivistas, conhecidos como “fardas”, que defendiam um governo forte e autoritário, desconfiavam dos civis, que eles chamavam de “casacas”; e, do outro, os republicanos históricos, que propunham um governo descentralizado e a volta dos militares aos quartéis.

Entre novembro de 1890 e fevereiro de 1891, a Assembleia esteve reunida para discutir um projeto de Constituição, elaborado por Rui Barbosa, Silveira Martins e Américo Brasiliense, entre outros. No dia 24 de fevereiro de 1891, foi finalmente promulgada a nova Constituição do Brasil. Veja algumas de suas características a seguir.



- Confirmou ações do Governo Provisório, como a separação entre Igreja e Estado;
- Sofreu influência da Constituição dos EUA;
- Estabelecia a República Federativa, com o sistema presidencialista, a “união perpétua e indissolúvel” dos 20 estados – as antigas províncias – e um Distrito Federal, a ser demarcado no Planalto Central do país;
- Os poderes foram divididos em Executivo (presidente da República e presidente de Estado), Legislativo (deputados federais e senadores) e Judiciário (juízes e ministros do Supremo Tribunal Federal);
- O presidente deveria ser eleito pelo voto direto – salvo o primeiro, a ser escolhido pela Assembleia Constituinte;
- O mandato do presidente seria de quatro anos, sem reeleição possível;
- O voto (não secreto) deixou de ser censitário, mas o direito de votar era limitado aos cidadãos brasileiros alfabetizados e maiores de 21 anos. Estavam excluídos do processo eleitoral brasileiro os analfabetos, os mendigos, os soldados e os religiosos.

Art. 70 – São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º – Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos estados:

- 1º) os mendigos;
- 2º) os analfabetos;
- 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de Ensino Superior;
- 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 24 fev. 1891.

Destaca-se que a Constituição, no artigo 70, não fazia referência ao voto feminino, pois o caráter patriarcal da cultura brasileira da época era tão forte que, pela tradição, as mulheres não podiam votar.

Além disso, esse documento, que possuía muitas características liberais, deu aos estados grande autonomia administrativa e financeira, podendo decretar impostos sobre exportação de mercadorias de sua produção e organizar, livremente, sua própria polícia.

Por fim, a segunda Constituição do Brasil assegurava o direito de reunião (embora não haja referência quanto ao direito de greve), a liberdade de pensamento, de imprensa sem censura, o sigilo de correspondência, o *habeas corpus*, a impossibilidade de imposto sem lei que o autorize. O direito de propriedade seria assegurado “em toda a sua plenitude”, havendo a possibilidade de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia.

Figura 9. Sátira da aproximação dos Estados Unidos e Brasil. A Primeira República recebeu grande influência estadunidense. O próprio nome do Brasil designado pela Constituição de 1891 deixa evidente essa influência: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.





## EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



11. Analise a charge a seguir:



A charge satiriza o elevado preço dos produtos de primeira necessidade da população brasileira em decorrência do Encilhamento.

- A) **DEFINA** a política do Encilhamento.  
 B) **ESTABELEÇA** uma relação entre essa política e o elevado preço dos produtos indicados na charge.
12. Art 1º – A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 24 fev. 1891.

Com base nesse artigo e nos seus conhecimentos, **EXPLIQUE** o que determinava a Constituição de 1891 no que diz respeito à organização do Estado brasileiro.

13. **EXPLIQUE** a relação entre os estados e o Governo Federal, segundo a Constituição de 1891.

14. No que diz respeito ao direito de voto, o governo republicano, instalado em 1889, modificou alguns critérios. **INDIQUE** duas dessas mudanças.

15. Na Constituinte de 1891, o direito ao voto feminino havia sido reivindicado. Na sessão do dia 12 de janeiro de 1891, o deputado Moniz Freire lastima a recusa do voto para os religiosos das ordens monásticas e analfabetos. Contudo, a respeito do voto feminino, considera a ideia imoral e anárquica “porque, no dia em que a convertêssemos em lei pelo voto do Congresso, teríamos decretado a dissolução da família brasileira” (Anais do Congresso Constituinte, 1891, p. 456). [...] O voto feminino, de fato, não foi aprovado pela Constituinte de 1890 e 1891. Entretanto, na Constituição de 1891, a mulher não estava nominalmente excluída do direito ao voto.

Disponível em: <<http://www.zip.net/bh/cuX>>.  
 Acesso em: 19 ago. 2013.

- A) **CITE** o que a Constituição de 1891 determinava quanto à participação das mulheres e dos analfabetos na eleições.  
 B) Na Primeira República, o que justificava o fato de a mulher não participar das eleições? **FAÇA** uma crítica a essa justificativa.
16. Em relação à cidadania, a Constituição de 1891 determinou algumas mudanças.  
 A) **CITE** dois direitos assegurados ao cidadão pela Constituição de 1891.  
 B) **INDIQUE** quem era considerado cidadão pela Constituição de 1891.
17. A relação entre a Igreja e o Estado foi alterada no Governo Provisório republicano. **EXPLIQUE** essa alteração.



## 5.2. O governo constitucional de Deodoro da Fonseca (1891)

Após ser promulgada a Constituição, a Assembleia Constituinte deveria escolher os ocupantes dos cargos máximos do Executivo. A eleição foi vencida por Deodoro da Fonseca, com uma pequena margem de diferença do segundo colocado. No entanto, a vice-presidência coube ao candidato da oposição, o marechal Floriano Peixoto. Até o início dos anos 1960, as eleições no país para os cargos a presidência e vice-presidência eram desvinculadas, o que causava algumas tensões quando os eleitos eram de chapas distintas, isto é, o presidente lidava, muitas vezes, com uma oposição dentro da própria presidência. Essa situação esteve presente no início do governo republicano, com a vitória dos dois marechais de lados opostos. Era o início de uma República militar, a República da Espada.

Diante dessa vitória acirrada e da eleição do vice-presidente Floriano Peixoto, o início do governo de Deodoro foi marcado por uma oposição do Congresso Nacional. Exemplo disso foi quando o governante determinou o afastamento dos presidentes de estado que defenderam a outra chapa na eleição. Muitos o acusaram de se espelhar no extinto Poder Moderador. Sua impopularidade cresceu ainda mais devido aos efeitos desastrosos da inflação, provocada pelo Encilhamento, que atingiu a população urbana.

A grande tensão entre as duas esferas de poder aconteceu poucos meses depois de Deodoro ser eleito. O Congresso Nacional buscou limitar o poder do presidente propondo a Lei de Responsabilidade, que, além dessa limitação, abria possibilidade de afastá-lo do poder, caso ele descumprisse as normas constitucionais. Os deputados aprovaram a lei mesmo após o veto presidencial. Diante dessa medida, Deodoro assumiu uma postura autoritária e, dizendo não poder "por mais tempo suportar esse Congresso", dissolveu-o, mandou prender os principais líderes oposicionistas e decretou estado de sítio (suspensão temporária de direitos e garantias individuais). O Marechal prometeu novas eleições e uma revisão na Constituição, a fim de fortalecer o poder Executivo.

A reação veio da oposição civil liderada pelos paulistas, com o apoio do próprio vice-presidente, Floriano, de uma ala do Exército e da Marinha, que se rebelou (Revolta da Armada). Não suportando as pressões e diante da possibilidade de uma guerra civil, Deodoro da Fonseca renunciou em 23 de novembro de 1891, nove meses depois de ter assumido o cargo, passando a presidência para o Marechal Floriano Peixoto, que herdou um governo mergulhado em grave crise econômica, política e social.

Figura 10. República da Espada. No primeiro plano, o presidente Deodoro da Fonseca e o vice Floriano Peixoto; ao fundo, a obra *Proclamação da República* de Benedito Calixto.





### 5.3. O governo de Floriano Peixoto (1891-1894)

Floriano buscou desenvolver uma política econômico-financeira que visasse ao controle da especulação e da inflação, resultantes do Encilhamento. Entretanto, a República ainda não estava pacificada, nem consolidada. No Sul do Brasil, a situação tornou-se tensa, já que as disputas políticas acerca do projeto republicano e pelo poder se intensificaram. Assim, ocorreu uma luta entre as duas principais facções políticas daquele momento, refletindo as divergências entre as oligarquias proprietárias rurais da região. De um lado, estavam os defensores do ideal positivista e da forte centralização do Estado, concentrados no PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), liderado pelo presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos. Eram conhecidos como chimangos ou pica-paus e contaram com o apoio de Floriano Peixoto. Do outro lado, o Partido Federalista, defensor de um projeto mais liberal e descentralizador. Dentre suas lideranças, destacava-se Gaspar Silveira Martins, e os partidários desse grupo eram conhecidos como maragatos.

As disputas no Sul assumiram uma feição de guerra civil, chamada de **Revolução Federalista**, a partir do ano de 1893, quando as forças federalistas pegaram em armas contra o governo estadual, chegando a ocupar os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Apenas em 1895, durante o governo de Prudente de Moraes, as tropas federalistas foram derrotadas por meio da união entre contingentes do governo central e de tropas estaduais. A guerra teve como saldo a morte de mais de cinco mil pessoas.

#### TÁ NA MÍDIA

**Policarpo Quaresma – Herói do Brasil.** Brasil, 1997. Baseado na obra de Lima Barreto, o filme narra a história de Policarpo Quaresma, um cidadão brasileiro visionário e sonhador que experimenta as ansiedades do Brasil nos primeiros anos da República, durante o governo de Floriano Peixoto.



**O sobrado.** Brasil, 1956. Baseado na obra *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo, narra a história de dois caudilhos e de suas famílias que lutam entre si durante a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.



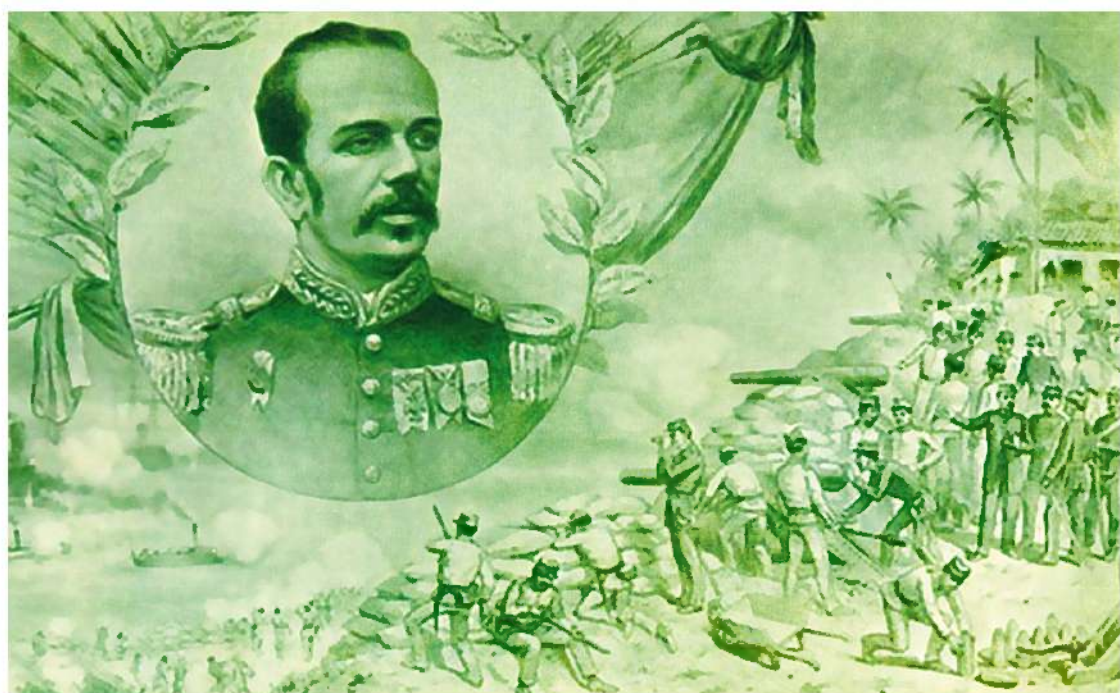
O primeiro mandato presidencial deveria terminar em 15 de novembro de 1894. Quando Deodoro renunciou, não havia sido cumprida nem a metade do seu mandato. Nesse caso, de acordo com a Constituição, Floriano Peixoto deveria assumir apenas por três meses e convocar novas eleições. No entanto, o presidente manifestou a intenção de exercer o poder até o fim, o que seria inconstitucional.



Insatisfeita com essa decisão, a oficialidade da Marinha se revoltou, sob a liderança do almirante Custódio José de Melo, exigindo a imediata normalização constitucional do país. Os rebeldes ameaçaram bombardear o Rio de Janeiro, posicionando 15 navios na Baía de Guanabara. Floriano determinou uma violenta repressão contra o movimento, que ficou conhecido na história como a **Revolta da Armada**. Sua ação enérgica contra os seus opositores e a pacificação da Revolução Federalista e da Revolta da Armada renderam-lhe os títulos de “Consolidador da República” e “Marechal de Ferro”.

Apesar de ter conseguido consolidar seu poder, Floriano Peixoto não evitou as pressões dos latifundiários paulistas, que articularam a organização do Partido Republicano Federal, pelo qual lançaram a candidatura de Prudente de Moraes, que venceu as eleições de março de 1894, tornando-se o primeiro presidente civil da República.

Com o fim do governo de Floriano Peixoto, terminou, também, o período conhecido como República da Espada e teve início a chamada República Oligárquica.



Angelo Agostini / Domínio Público

Figura 11. Revolta da Armada. Em destaque, Floriano Peixoto, o “Marechal de Ferro”, que pacificou o conflito.

## PARA SABER MAIS



Os anos posteriores à Proclamação da República foram marcados por um turbilhão de transformações. A europeização, antes restrita ao ambiente doméstico, transformou-se agora em objeto – o melhor seria dizer “em obsessão” – de políticas públicas. Tal qual na maior parte do mundo ocidental, as cidades, prisões, escolas e hospitais brasileiros passaram por um processo de mudança radical, em nome do controle e da aplicação de métodos científicos; crença que também se relacionava com a certeza de que a humanidade teria entrado em uma nova etapa de desenvolvimento material, marcado pelo progresso ilimitado.

Por apresentar uma visão otimista do presente e do futuro, o período que se estendeu do final do século XIX ao início do XX foi caracterizado – no melhor sentido europeizante dos meios culturais brasileiros de então – como uma Belle Époque. Havia, contudo, uma face sombria nesse período. O início da República conviveu com crises econômicas, marcadas por inflação, desemprego e superprodução de café. Tal situação, aliada à concentração de terras e à ausência de um sistema escolar abrangente, implicou que a maioria dos ex-escravos passasse a viver em um estado de quase completo abandono. Esses últimos, além dos sofrimentos da pobreza, tiveram de enfrentar uma série de preconceitos cristalizados em instituições e leis, feitas para estigmatizá-los como subcidadãos, elementos sem direito à voz na sociedade brasileira.

Nesse sentido, é possível afirmar que a importação do ideário da Belle Époque esteve longe de ser ingênuo. A ciência europeia da época, que passou a ser vista como critério definidor das sociedades civilizadas, era marcada por visões racistas, na qual os brancos ocupavam o primeiro lugar do desenvolvimento humano, e os negros o último. Conforme já foi observado por vários historiadores, a importação desse ideário tinha objetivos claros: após o 13 de maio deixava de existir a instituição que definia quem era pobre e rico, preto e branco, na sociedade brasileira. O racismo emergia assim como uma forma de controle, uma maneira de definir os papéis sociais e de reenquadrar, após a abolição da escravidão, os segmentos da população não identificados à tradição europeia.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 273

## EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



ENTENDI

18. O governo constitucional de Deodoro da Fonseca durou menos de um ano, sendo interrompido pela renúncia do presidente em meio a uma crise política e econômica.

**EXPLIQUE** um fator que justifique a saída do primeiro presidente republicano do governo.

19. Art. 42 – Se, no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á à nova eleição.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: 10 out. 2017.

O trecho anterior faz parte da Constituição de 1891. Quando Deodoro da Fonseca renunciou, a determinação desse artigo foi respeitada? **JUSTIFIQUE** sua resposta.

20. O presidente Floriano Peixoto, sucessor de Deodoro da Fonseca, ficou conhecido como o “Consolidador da República” e “Marechal de Ferro”. **ASSOCIE** essas denominações a sua forma de governo.

21. **EXPLIQUE** a divergência de ideias políticas que resultou na Revolução Federalista.

## EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. Analise a imagem a seguir:



A imagem, produzida no final do século XIX, apresenta a ideia de união entre a República francesa e a República brasileira. **EXPLIQUE** qual a relação existente entre a República Brasileira e a República Francesa?

02. Como episódio, a passagem do império para a República foi quase um passeio. Em compensação, os anos posteriores aos 15 de novembro se caracterizavam por uma grande incerteza. Os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções de como organizar a República.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. 245.

O trecho anterior destaca que os vários grupos que disputavam o poder no contexto da consolidação da República tinham interesses diversos.

**APRESENTE** uma dessas divergências.

03. Analise a imagem a seguir:



Essa bandeira foi a primeira elaborada para ser a oficial do Brasil, usada apenas durante 4 dias, de 15 a 19 de novembro de 1889.

A) **IDENTIFIQUE** o país que influenciou nitidamente a elaboração dessa bandeira.

B) Além da bandeira, qual outro aspecto esse país influenciou na formação da Primeira República do Brasil?



04. A capital oferecia ainda aos recém-chegados um espetáculo magnífico. [...] Cascatas de ideias de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas, para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis.

Todos os papéis, aliás, ações, saíam frescos e eternos do prelo. [...] Nasciam as ações a preço alto, mais numerosas que as antigas crias da escravidão, e com dividendos infinitos.

TRIGO, Luciano. *O viajante imóvel: Machado de Assis e o Rio de Janeiro de seu tempo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

No trecho anterior, de Machado de Assis, um aspecto que marcou os primeiros anos da República é destacado. Baseando-se na análise do texto,

- A) **IDENTIFIQUE** a denominação da ação econômica empreendida no contexto histórico retratado.  
B) **APRESENTE** duas principais consequências dessa ação.

05. (Unimontes-MG) Observe a charge.



LEMOS, Renato (Org.). *Uma história do Brasil através da caricatura*. Rio de Janeiro: Bom Texto, Letras & Expressões, 2001. p. 33.

Considerando a relação estabelecida no Governo Provisório (1889-1891) entre o Estado e a Igreja, **EXPLIQUE** uma medida determinada nesse contexto que justifique a temática da charge.

**Instrução:** Analise a charge a seguir e responda às questões 06 e 07.



FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 253.

06. (UFG-GO / Adaptado) Publicada em 1890, na *Revista Ilustrada*, a charge anterior é uma representação da conjuntura política brasileira da primeira década republicana. **RELACIONE** a charge, que destaca a figura de Deodoro da Fonseca, com o contexto político da fase inicial do governo republicano.
07. (UFG-GO / Adaptado) **APRESENTE** um resultado dessa situação, retratada na charge, vivenciada por Deodoro da Fonseca durante o seu governo.
08. (UFRJ / Adaptado)

**Porcentagem de votantes nas eleições presidenciais entre 1894 e 1930**

Candidato vencedor	Nº de votantes (em milhares)	% de votantes sobre a população
Prudente de Moraes (1894)	345	2,2
Campos Sales (1898)	462	2,7
Rodrigues Alves (1902)	645	3,4
Afonso Pena (1906)	294	1,4
Hermes da Fonseca (1910)	698	3,0
Venceslau Brás (1914)	580	2,4
Rodrigues Alves (1918)	390	1,5
Epitácio Pessoa (1919)	403	1,5
Artur Bernardes (1922)	833	2,9
Washington Luís (1926)	702	2,3
Júlio Prestes (1930)	1890	5,6

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Resende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 72 (Adaptação).

Os dados eleitorais presentes na tabela indicam uma pequena participação popular nas eleições presidenciais na Primeira República (1890-1930).

- A) **IDENTIFIQUE** duas restrições impostas pela Constituição de 1891 ao exercício do voto.
- B) A Constituição de 1891 determinava algum tipo de restrição ao voto feminino? **JUSTIFIQUE** sua resposta.

**09. CONSULTE** o texto da Constituição de 1988, que vigora atualmente no Brasil, e

A) **PESQUISE** o que ela determina em relação

- à organização do Estado brasileiro;
- ao tipo de voto, ao mandato do presidente e à eleição dos representantes do Legislativo;
- ao voto feminino e do analfabeto;
- aos direitos assegurados ao cidadão.

B) **APRESENTE** duas diferenças e duas semelhanças entre as Constituições de 1891 e 1988.

**10. CITE** o fato que determinou o fim do governo de Floriano Peixoto.

## T E S T E S

**01.** (UGF-RJ) O golpe militar de 15 de novembro de 1889, momento da Proclamação da República, foi a culminância da chamada “Questão Militar”, que pode ser explicada pela

- A) oposição do Exército à escravidão sustentada pela Coroa.
- B) crescente intervenção dos militares no governo, após as guerras do Prata.
- C) origem oligárquica dos oficiais, que defendiam a autonomia das províncias e dos municípios.
- D) influência das repúblicas americanas, governadas por ditadores militares.
- E) influência das ideias positivistas associadas a reivindicações de melhoria profissional dos militares.

**02.** (FUVEST-SP) Caracteriza o processo eleitoral durante a Primeira República, em contraste com o vigente no Segundo Reinado:

- A) a ausência de fraudes, com a instituição do voto secreto e a criação do Tribunal Superior Eleitoral.
- B) a ausência da interferência das oligarquias regionais, ao se realizarem as eleições nos grandes centros urbanos.
- C) o crescimento do número de eleitores, com a extinção do voto censitário e a extensão do direito do voto às mulheres.
- D) a possibilidade de eleições distritais e a criação de novos partidos políticos para as eleições proporcionais.
- E) a maior participação de eleitores das áreas urbanas ao se abolir o voto censitário e se limitar o voto aos alfabetizados.

**03.** (FUVEST-SP) Com a instalação da República no Brasil, algumas mudanças fundamentais aconteceram. Entre elas, destacam-se

- A) a militarização do poder político e a universalização da cidadania.
- B) a descentralização do poder político e a instalação de um regime presidencialista forte.
- C) a fragilização do poder Executivo e a criação de forças públicas estaduais.
- D) a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos e a instituição do voto secreto.
- E) a fundação do Banco do Brasil e a descentralização do poder político.



- 04.** (Unifor-CE) Com relação à Constituição de 1891, é **CORRETO** afirmar que
- I. foi promulgada e não outorgada, como a Constituição de 1824.
  - II. espelhou-se na Constituição dos Estados Unidos, sendo federalista e presidencialista.
  - III. o Brasil adotava a forma de governo republicana, e seus agentes políticos (presidente, governador, prefeito, deputados, senadores, vereadores) exerciam mandatos por tempo limitado.
  - IV. possuía três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), ao contrário da Constituição de 1824, que possuía quatro poderes.
- A) Somente I, II e III estão corretas.                      D) Somente II, III e IV estão corretas.  
 B) Somente I, II e IV estão corretas.                      E) I, II, III e IV estão corretas.  
 C) Somente I, III e IV estão corretas.

- 05.** (Unifor-CE) A República só se consolidará entre nós, sobre alicerces seguros, quando suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial.

Rui Barbosa

As ideias do texto serviram de base para a elaboração de uma reforma financeira, durante o Governo Provisório do marechal Deodoro da Fonseca, que

- A) favoreceu especialmente a nascente burguesia brasileira e as camadas médias e populares urbanas.  
 B) resultou numa crise inflacionária e de especulação na Bolsa de Valores, conhecida como Encilhamento.  
 C) implantou medidas drásticas contra a especulação e proibiu a emissão de dinheiro pelos bancos particulares.  
 D) instituiu uma nova política protecionista alfandegária, isentando de pagamento de taxas as importações de máquinas e equipamentos.  
 E) colocou em prática uma política anti-inflacionária caracterizada pela retirada de circulação de grande quantidade de moedas.
- 06.** (UFTM-MG) [...] Nada se mudaria. O regime sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar a pele. [...] No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a Constituição.

ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*.

Esse comentário do Conselheiro Aires, personagem de Machado de Assis, revela que a implantação da República no Brasil

- A) não acarretou transformações sociais significativas, apesar da nova Constituição.  
 B) assegurou a modernização da estrutura socioeconômica, mas não da política.  
 C) dependeu da ação dos militares, que impuseram uma Constituição positivista.  
 D) alterou o regime político, com a implantação de uma duradoura ditadura militar.  
 E) levou as camadas baixas à hegemonia no poder, devido às mudanças constitucionais.

07. (PUC Minas) Tudo se torceu, tudo se falseou, tudo se confundiu. De um sistema cheio de correspondências complexas e sutis, onde não se podia tocar em qualquer parte, sem modificar a ação das outras, fizeram um atarrancado de ferros velhos, digno de figurar numa exposição industrial de doidos.

BARBOSA, Rui. *Finanças e políticas*.

Com esse desabafo, o ministro da Fazenda do Governo Provisório da República tenta justificar, perante a opinião pública, o fracasso de sua política financeira. São efeitos imediatos dessa política, **EXCETO**:

- A) A inflação desenfreada, falência de inúmeras empresas e desvalorização da moeda nacional em relação à libra esterlina.
  - B) A substituição dos capitais ingleses por norte-americanos para restaurar e equilibrar o combalido sistema financeiro brasileiro.
  - C) A alta geral do custo de vida, instabilidade financeira e profundo desequilíbrio das contas externas do país.
  - D) A enorme especulação gerada pelo surgimento de empresas-fantasmas, cujo objetivo era obter facilidade de crédito bancário.
08. (UNAERP-SP) O movimento republicano, que se desenvolveu no Brasil, baseou-se em dois princípios gerais:
- A) Reforma e revolução.
  - B) Positivismo e federalismo.
  - C) Liberalismo e conservadorismo.
  - D) Monarquia e democracia.
  - E) Parlamentarismo e federalismo.
09. (ESPM-SP) No Rio Grande do Sul, a violência atingiu um grau de sofisticado barbarismo, tendo até matadores profissionais, como um Adão Latorre, homem que trabalhava para os "maragatos" executando "pica-paus". Durante a luta, tanto "pica-paus" como "maragatos" praticavam atos de extrema violência e barbarismo.
- O texto deve ser relacionado com
- A) a Revolução Farroupilha.
  - B) a Revolução Praieira.
  - C) a Confederação do Equador.
  - D) a Revolução Federalista.
  - E) a Revolta da Armada.
10. (UECE) Pode-se afirmar que a Proclamação da República inaugurou uma nova ordem política no Brasil. Nesse sentido, assinale o **CORRETO**.
- A) O centralismo presente no Período Imperial foi substituído pelo federalismo defendido pelas elites do Oeste Paulista e de Minas Gerais.
  - B) De imediato, o poder político passou a ser controlado pelas oligarquias rurais, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro.
  - C) Os quatro primeiros governos republicanos, na Primeira República, corresponderam à chamada República da Espada, sob a hegemonia dos militares ligados ao Exército.
  - D) A feição política da Primeira República explicitou-se num único partido: o Partido Republicano, de âmbito nacional, articulado e forte.